

RELATORIA: DEB

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 230/2018

OBJETO: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – EFEITO SUSPENSIVO
PELA ANULAÇÃO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE
SERVIÇOS REGULARES DA EMPRESA VERDE
TRANSPORTES LTDA.

ORIGEM: SUPAS

PROCESSO (S): 50500.336239/2015-47

PROPOSIÇÃO PRG: POR JURISPRUDÊNCIA: PARECER Nº 0919/2-17/PF-
ANTT/AGU (PROCESSO Nº 50500.029200/2011-42)

PROPOSIÇÃO DEB: PELA APROVAÇÃO

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

I - DAS PRELIMINARES

Trata-se do pedido de reconsideração, protocolado nesta Agência, sob o nº S50501.307712/2018-11, pela empresa VERDE TRANSPORTES LTDA, para reforma da decisão que anulou o Termo de Autorização de Serviços Regulares – TAR nº 118.

II – DOS FATOS E ANÁLISE PROCESSUAL

Em 01 de agosto de 2018, a empresa VERDE TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.751.730/0001-97 protocolou nesta Agência, sob o nº 50501.307712/2018-11, pedido de reconsideração, por meio do qual pretende a reforma da decisão que anulou o TAR nº 118, nos termos da Deliberação nº 398, publicada no DOU em 23 de julho de 2018 (fls. 259/310).



Conforme consta em Nota Técnica nº 506/GERAP/SUPAS/2018, o requerimento é tempestivo (art. 59, da Lei nº 9.874/99) e ostenta os requisitos essenciais ao seu recebimento,

Acerca do efeito suspensivo dos recursos, o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 9.784/1999 dispõe que:

“Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.”

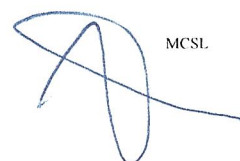
Alega a empresa, em seu pedido de reconsideração, que a anulação do TAR nº 118 *“implica em sérias consequências danosas para a população que ficará desatendida, para a empresa que terá que paralisar aproximadamente 150 (cento e cinquenta) veículos de transporte por tempo indeterminado e para a ANTT que deverá disponibilizar atendimento a milhares de cidadãos afetados pela falta de transporte”*

Afirma a área que conforme demonstrado pela empresa, o justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorre do fato de se tratar de uma empresa que operava 9 (nove) linhas regulares com seccionamentos. Dessa forma, tal fator aponta impacto para a empresa e os usuários no caso procedência do recurso interposto.

Com relação ao procedimento a ser adotado, a PF-ANTT já consignou no Parecer nº 0919/2-17/PF-ANTT/AGU (Processo nº 50500.029200/2011-42), em caso análogo, que:

“(…) quanto aos efeitos do Pedido de Reconsideração, que permite, em caráter excepcional, a concessão de efeito suspensivo, inclusive de ofício, recomenda-se que após interposição do Pedido de Reconsideração, a autoridade competente emita um despacho de recebimento do Pedido de Reconsideração, declarando em quais os efeitos que o recebe, visando regular situações posteriores relacionadas com o objeto da decisão recorrida, como a concessão de TAF, por exemplo”.

Portanto, entende a SUPAS que estão presentes os requisitos para que seja concedido efeito suspensivo, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 9.784/1999, com o posterior retorno dos autos à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS, para a análise do mérito do recurso.



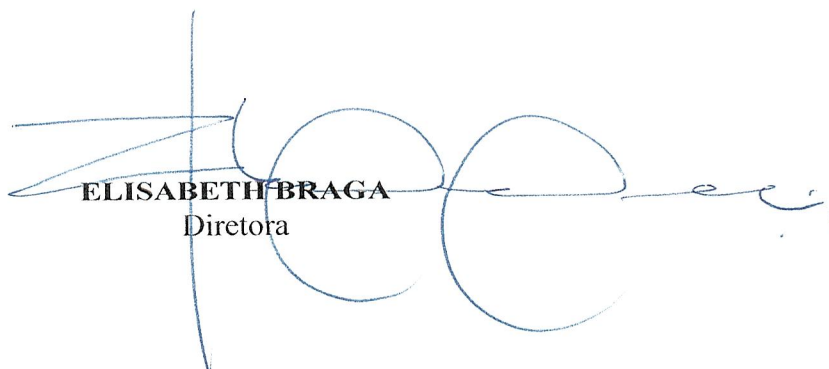
MCSL

III – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Isso posto, considerando as instruções técnicas e jurídicas (por jurisprudência) constantes dos autos, **VOTO** por:

1. Deliberar pelo efeito suspensivo da anulação do Termo de Autorização de Serviços Regulares – TAR nº 118, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 9.784/1999 e,
2. Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS que notifique a empresa VERDE TRANSPORTES LTDA acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784/1999, art. 3º, inc. II.

Brasília, 07 de agosto de 2018.



ELISABETH BRAGA
Diretora

ENCAMINHAMENTO: À **Secretaria-Geral (SEGER)**, para prosseguimento do feito.

Em 07 de agosto de 2018.

Ass:



Ronaldo Cabral Magalhães
Matricula: 1352442
Assessoria – DEB